

# O PATRIMÔNIO EM CIDADES NOVAS: DISCUSSÕES MEMORIAIS E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

## *HERITAGE IN NEW CITIES: DISCUSSIONS ABOUT MEMORY AND REGIONAL DEVELOPMENT*

Maira Eveline Schmitz<sup>1</sup>

### RESUMO

No século XX, diversas regiões do interior brasileiro sofreram um processo de urbanização e industrialização – associado à mecanização da agropecuária –, dando origem às chamadas “cidades novas”. Estes locais, até então deslocados do foco modernizante, passaram a elaborar outros modos de ser e viver, em um processo dialético entre o material e o subjetivo, o popular e o erudito, o urbano e o rural. As grandes massas de população rural foram incorporadas às novas pautas econômicas, sociais e políticas da vida moderna e com isto transformaram o seu fazer social e a própria percepção do que pode ser o urbano. Nesta perspectiva, também cresceu nos últimos anos a discussão sobre as políticas patrimoniais e de memória nestes municípios. Ainda que de forma incipiente, setores da sociedade civil vêm se organizando no sentido de realizar inventários e exigir políticas de preservação, mas a visão majoritária tende a acreditar que, por seu caráter recente, a cidade não possui patrimônio, ou que não precisa ser resguardado. Este trabalho, assim, pretende contribuir teórica e metodologicamente sobre o patrimônio e sobre os significados do passado na construção do futuro das cidades novas, estimulando o debate sobre um desenvolvimento regional aliado à valorização cultural.

**Palavras-chave:** Cidades Novas. Patrimônio. Memória.

### ABSTRACT

*In the 20th century, several regions of the Brazilian interior suffered a process of urbanization and industrialization – associated with the mechanization of agriculture –, giving rise to the so-called “new cities”. These places, until then displaced from the modernizing focus, began to elaborate other ways of being and living, in a dialectical process between the material and the subjective, the popular and the erudite, the urban and the rural. The masses of the rural population have been incorporated into the new economic, social and political patterns of modern life and have transformed their social activity and their own perception of what the urban can be. In this perspective, the discussion on heritage and memory policies in these municipalities has also grown in recent years. Although incipient, sectors of civil society have been organizing to carry out inventories and demand preservation policies, but the majority view tends to believe that, because of its recent character, the city has no heritage, or that it does not need to be protected. This work intends to contribute theoretically and methodologically on heritage and the meanings of the past in the construction of the future of new cities,*

---

1 Docente no IFFar – campus Santa Rosa. Doutoranda em História pela UFSM. Mestre em História pela UFPel.

*stimulating the debate on a regional development allied with cultural valorization.*

**Key words:** *New Cities. Heritage. Social Memory.*

## INTRODUÇÃO

Entre os séculos XIX e XX, diversas regiões do globo sofreram um processo de urbanização e industrialização, associado à mecanização da agropecuária e a novos processos industriais. Isto se tornou perceptível, principalmente, nos espaços periféricos, antes deslocados do foco modernizante.

Adrián Gorelik, ao analisar as correntes do urbanismo na América Latina, aponta alguns estágios de desenvolvimento desta disciplina. O que inicia como uma estratégia colonial de dominação nos quinhentos, adquire uma conotação de identidade nacional a partir do século XIX, causa e consequência dos processos emancipatórios. A conformação das cidades acompanhou os processos políticos e os projetos de Estado, os quais – apesar de apresentar particularidades em cada país – se desenvolveu tendo uma linha em comum. “Até a década de 1940, ela havia sido considerada em seus contextos nacionais [...] para o qual a cidade encarnava um ideal cívico em que se atrelava o sentido de organização estatal-nacional e a produção de uma cidadania moderna” (GORELIK, 2005, p. 114).

O autor aponta que a consolidação da cidade latino americana como produção cultural se deu entre as décadas de 1950 a 1980, momento em que não somente as metrópoles e capitais passam a receber atenção, mas também cidades do interior e regiões até então marcadamente rurais, definindo uma “explosão urbana” no Terceiro Mundo. Conforme Gorelik:

[...] a cidade começa a ser vista como motor da modernização social, em íntima relação com as forças produtivas e com a consolidação dos poderes políticos centralizados. [...] O que havia sido pensado originalmente como um processo histórico-cultural ocidental – a modernidade – converteu-se em um complexo técnico de difusão da civilização industrial como modelo de desenvolvimento universal – a modernização. É nesse momento que a cidade pode aparecer como máquina de tração de pautas modernas de vida em regiões que prescindiam delas – os famosos “pólos de desenvolvimento”. (GORELIK, 2005, p. 117)

As cidades de caráter rural passam a compor o *lôcus* das ideias e dos estilos que vida que buscam se libertar das amarras do tradicionalismo e do subdesenvolvimento. As grandes massas de população rural são incorpora-

das às novas pautas econômicas, sociais e políticas da vida moderna (GO-RELICK, 2005, p. 121) e com isto transformam o seu fazer social e a própria percepção do que pode ser o urbano.

Considerando o caso brasileiro, entre os anos 1930 e 1960 vimos ocorrer a criação deliberada de vários núcleos urbanos, motivada pela necessidade de proteção de fronteiras, de escoamento da produção agrícola, de alocação da população imigrante e pela instalação de vias férreas. Isto se deu, principalmente, nas regiões do oeste do país e dos Estados, marcando um movimento territorial deslocado do litoral e das capitais econômicas e políticas.

Este fenômeno tem sido nomeado pela produção acadêmica como o de “cidades novas”, termo que remete a uma condição temporal, mas também a uma identidade urbana específica. O conceito ainda foi pouco explorado, considerando que este é o panorama de muitas das cidades brasileiras que surgiram no século XX.

Nesta perspectiva, também cresceu nos últimos anos a discussão sobre as políticas patrimoniais e de memória nestes municípios. Ainda que de forma incipiente, setores da sociedade civil vêm se organizando no sentido de realizar inventários e exigir políticas de preservação, mas a visão majoritária tende a acreditar que, por seu caráter recente, a cidade não possui patrimônio, ou que não precisa ser resguardado. Este trabalho, assim, pretende contribuir teórica e metodologicamente sobre o patrimônio e sobre os significados do passado na construção do futuro das cidades novas, estimulando o debate sobre um desenvolvimento regional aliado à valorização cultural.

## **1 Opções metodológicas**

Este artigo tem caráter explanatório e bibliográfico e está relacionado com a tese de doutorado em desenvolvimento no programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. O objetivo da tese é compreender os estilos de vida e as sociabilidades urbanas desenvolvidas em Santa Rosa/RS, entre as décadas de 1940 e 1980, momento da consolidação do núcleo urbano com a chegada da ferrovia e a mecanização da produção da soja.

Considera-se a possibilidade de encarar Santa Rosa como uma cidade nova, pertencente a um movimento específico de criação de cidades que ocorre no Brasil do século XX. Visa-se, então, no primeiro ponto, a identificação dos usos do termo “cidades novas” na literatura especializada, com foco em publicações brasileiras. Esta produção é recente, sendo a

maior parte datada do início dos anos 2000.

O projeto está ligado à linha de pesquisa em Memória e Patrimônio. Neste sentido, também a partir de considerações de autores referenciais para o tema, procurou-se discorrer sobre algumas práticas de identificação e preservação do patrimônio ambiental urbano, relacionando-o com as questões relativas à construção das memórias e identidades urbanas. O objetivo não foi o de encerrar o assunto, mas levantar questionamentos e apresentar um panorama teórico condensado para o estudo histórico sobre cidades novas no Brasil e a questão de sua política patrimonial.

## 2 Resultados e discussão

### 2.1 Cidades novas: recentes enquanto conceito

A partir da leitura e reflexão sobre as cidades novas, percebeu-se que, de forma, geral, o conceito é utilizado considerando três aspectos: a cidade nova como uma forma específica de urbanismo; como sinônimo de cidade contemporânea, ligada à modernidade e ao desenvolvimento industrial; e como identidade urbana de constante mudança da paisagem.

As cidades novas, ao que a produção indica, têm como característica primordial o fato de se constituírem como um *projeto*. Ou seja, em determinado contexto espaço-temporal, eram um *desejo*, foram planejadas enquanto tal. Seriam, portanto, um tipo particular de urbanismo, o qual visava à cidade *ideal* (TREVISAN, 2009, p. 31).

Segundo Ricardo Trevisan, as cidades novas constituem-se por seis atributos: desejo, necessidade, lugar, profissional (em geral um engenheiro ou arquiteto responsável), projeto e tempo (TREVISAN, 2009, p. 81-82). Em um primeiro momento, num sincronismo harmônico, três destes contribuem para a sua criação: “o desejo em criá-las, a função para qual foram inicialmente idealizadas e a escolha de um sítio específico para sua implantação” (2009, p. 88).

Para o autor, uma cidade nova pode ocorrer em qualquer local e a qualquer momento, desde que estas características sejam atendidas, como por exemplo Belo Horizonte/MG e Brasília/DF. Considera, inclusive, que parte de uma cidade já existente pode vir a ser uma cidade nova, como seria o caso de Santos/SP, ou Salvador/BA. O projeto e a atuação profissional é que são centrais para este processo. Nesta mesma direção, a ocorrência de uma cidade nova não estaria restrita a uma porção do globo, podendo surgir em qualquer contexto político, econômico ou social.

Outros autores reservam o conceito a situações mais específicas. Alessandro Rosaneli (2009) defende que a cidade nova é um fenômeno as-

sociado a regiões de fronteira e a uma conjuntura de expansão territorial. Cita, assim, a conquista do “West” nos Estados Unidos, a instalação ferroviária no oeste paulista e a ocupação do norte do Paraná por companhias de colonização. Indubitavelmente, os exemplares paranaenses são os mais pesquisados até o momento, com destaque para os quatro encontros sobre Cidades Novas promovidos pelo Centro Universitário Filadélfia (UniFil), em Londrina/PR.

Rosaneli (2009) publica sua tese buscando compreender o papel das cidades na formação do noroeste do Paraná e identificar semelhanças e diferenças entre as urbes que compõem o quadro analisado. Ele percebeu que a origem das cidades novas pode ser diversa:

[...] povoados que surgiram espontaneamente a partir de estabelecimentos comerciais de beira de estrada; patrimônios nascidos indistintamente da doação de gleba por um fazendeiro; sedes concebidas por iniciativa governamental dentro de seus planos de colonização interior; núcleos advindos da repartição de lotes em modestos traçados pela ação individual de um loteador; ou concebidos por organizações comerciais de qualquer porte. (ROSANELI, 2009, p. 91)

Apesar de muitas cidades terem surgido por iniciativa de particulares, a partir do momento em que passavam a ser um desejo concreto, o mais comum era a atuação de uma companhia de colonização para realizar o empreendimento. Conforme Galantay, estas cidades foram criadas com objetivos claramente formulados, “pressupondo a existência de uma autoridade ou organização suficientemente efetiva para assegurar o lugar, reunir os recursos necessários e exercer um controle contínuo até que a cidade alcance um tamanho viável” (apud FREITAS; SILVA, 2017, p. 4).

A companhia de colonização, capitaneada por um profissional especializado, realizava os estudos de topografia e prospecção do terreno (como elevações e presença de cursos d’água), elaborava as plantas da cidade, dividia a área em lotes e os comercializava. Rosaneli aponta que a própria forma urbana destacava este imperativo comercial: o uso de planos ortogonais infinitamente repetidos (2009, p. 42):

Das múltiplas aplicações possíveis para um plano cartesiano, reside nas cidades-novas a sua existência mais fascinante. Com efeito, cidades-novas assentam-se sob particular lógica, pois se constituem a partir da **consciência de uma totalidade**, aquela que precede ao objeto concreto.

São cidades construídas *ab ovo*, executadas a partir de uma ideia ou de um plano preconcebidos. [...] Assim, cidades-novas, resultado da materialização de intenções no território, constituir-se-iam em ímpar fenômeno para a observação da circulação de ideias e significados. (ROSANELI, 2009, p. 44)

Renato Leão Rego é outro pesquisador que se dedicou ao estudo das cidades novas paranaenses. Demonstra que, na utilização da grelha, mais de oitenta por cento destas novas formas urbanas têm uma relação harmoniosa com o sítio para o qual foram projetadas. Isto não significa, entretanto, que todas as cidades novas apresentem planos ortogonais regulares: era aplicado onde o relevo era plano ou suavemente ondulado. Em casos contrários, este foi fragmentado e adaptado (REGO, 2012, p. 1).

De modo geral, enquanto tipo de urbanismo, a cidade nova apresenta o plano ortogonal como sua morfologia urbana. Ainda que os traçados retilíneos tenham sido utilizados em diversos sítios ao longo da história, sua aplicação nestas cidades-empresendimentos se destaca como o padrão, possuindo mais do que uma função estética. Isto se justifica pelo fato de permitir uma rápida demarcação e divisão do território e, conseqüentemente, uma fácil distribuição e expansibilidade; o que foi explorado pelos especuladores até o máximo (ROSANELI, 2009, p. 46).

A intenção com as cidades novas, contudo, não perpassava somente a materialidade de sua malha. Trevisan destaca que uma urbanidade deve apresentar também uma “aglomeração de construções e revelar certos tratados sociais e atividades de relação”, com vistas a permitir “funções de troca, de confrontação e de encontros coletivas, dadas num determinado espaço e suportadas por uma estrutura equipada para armazenar e transmitir os bens materiais e culturais” (TREVISAN, 2009, p. 84). No caso das cidades novas, também esta urbanidade é artificial e pré-concebida, de modo a atender à população recém-alocada e iniciar um processo de desenvolvimento próprio.

Partindo desta última perspectiva, muitos autores delimitam o aparecimento de cidades novas a um momento específico da História: a era da industrialização. No caso do Brasil, assim, estas poderiam ser entendidas como as cidades que, além de atender aos atributos urbanísticos específicos, foram concebidas nas primeiras décadas do século XX, com maior ênfase ao longo do Estado Novo.

A preocupação com o domínio de terras “desocupadas” e improdutivas, entretanto, pode ser localizada ainda no século anterior. Estudos de diversas regiões do país, como São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Gran-

de do Sul, convergem ao apontar que a Lei de Terras de 1850, no período imperial, foi decisiva para uma mudança nas formas de ocupação do solo. Este novo aparato legislativo, ao transformar a terra em mercadoria, expôs as características do desenvolvimento capitalista no país, enquadrando-se em um amplo processo nacional de consolidação do acesso à propriedade privada. (ROSANELI, 2009, p 77)

Com a proclamação da República e a primeira constituição deste período político, a resolução sobre as terras devolutas foi modificada outra vez, passando os Estados a legislar sobre os territórios em seus domínios (ROSANELI, 2009). Com isto, o olhar se torna mais localizado. Nas décadas seguintes, em especial durante o governo Vargas, associada ao pensamento nacionalista e a busca por um capitalismo autônomo, “houve uma promoção da regionalização oficial do Brasil incorporando a noção de região no pensamento e na prática do e sobre o Estado” (FREITAS; SILVA, 2017, p. 7).

A “ocupação” e o desenvolvimento de locais considerados inóspitos ou subaproveitados, assim, são incentivados pelo Estado, em parceria com diversas empresas de loteamento e colonização. O objetivo central era o de explorar terras para o cultivo de produtos agrícolas rentáveis, como o café, associando centros urbanos às pequenas e médias propriedades, a fim de garantir a capacidade de beneficiar e escoar a produção. Isto justificou, ainda, o grande investimento em ferrovias, estradas de rodagem e até aeroportos nestas novas regiões (ROSANELI, 2009):

As Cidades Novas estão inscritas, numa produção espaço-temporal, como testemunhas físicas da evolução das práticas num período de transformações radicais, e que as contradições formais inerentes ao sistema de produção (divisão de espaços e justaposição tecno-prática) constituíram a infraestrutura visível de uma imagem física da cidade moderna. (FREITAS; SILVA, 2017, p. 5)

As cidades novas representavam e personificavam o ideal de modernidade que o desenvolvimento econômico e a industrialização – mesmo que tardia – poderiam oferecer. Esta “imagem física”, em muitos casos, tomou como modelo os padrões modernos de arquitetura e urbanismo, pretendendo incorporar também a estética em vigor nos países avançados. Como Freitas e Silva apontam, “as reverberações do movimento moderno na arquitetura e os modelos de planejamento urbano no contexto internacional produziram, respectivamente, modelos consolidados no território nacional e implantações de núcleos urbanos com traçados específicos” (2017, p. 3).

Este modelo, entretanto, nem sempre pode ser aplicado na sua essência. “O progresso e a civilização se materializavam em formas urbanas planejadas, ainda que elas não estivessem sintonizadas com as ideias contemporâneas de urbanismo” (REGO, 2012, p. 2). As cidades novas acabaram criando uma estética própria, muito mais associada à sua função político-econômica do que preocupada em seguir escolas arquitetônicas. Apesar de todos os esforços no sentido da escolha da malha e do planejamento urbano dos lotes, tal perspectiva “denota muito mais uma preocupação de ordem imobiliária e racional – técnica e econômica - do que vinculada a qualquer teoria espacial” (ROSANELI, 2009, p. 119).

De todo modo, um panorama básico que as cidades novas evidenciam no Brasil é o fato de que elas vieram substituir um complexo sistema de organização espacial e funcional voluntário. “Em tão pouco tempo essas cidades planejadas foram grandes canteiros de obras que resultaram em experimentações arquitetônicas vernaculares e reproduções de arquétipos nacionais e internacionais” (FREITAS; SILVA, 2017, p. 13). Isto se explicaria, portanto, na busca incessante pela modernidade ocorrida no país.

Zanirato aponta que as cidades novas são, antes de tudo, cidades contemporâneas:

A cidade contemporânea é um espaço social distinto pela eliminação das antigas formas de sociabilidade e por uma morfologia sempre transformada. São locais que se definem pela fluidez da paisagem, pela fugacidade das relações e pela transitividade das fronteiras espaço-temporais por onde caminham seus habitantes. (CARLOS apud ZANIRATO, 2009, p. 85)

As cidades contemporâneas, *novas*, têm como característica o fato de modificarem seu espaço de forma contínua e frenética. Sua paisagem é marcada pelo tripé construção/ demolição/reconstrução (PAULA, 2011) e, apesar desta ação existir em todas as cidades, nas cidades novas é intrínseca à sua condição de terem sido iniciadas no século XX (FREITAS; SILVA, 2017).

Paula aponta que o próprio cotidiano das espacialidades citadinas, nestes casos, passa a ser a lógica da demolição/reconstrução. A paisagem tem “sua plasticidade centrada na tentativa de preservar e na necessidade de implantar novas tendências arquitetônicas” e a cidade, por consequência, vive a incongruência entre a expansão territorial e a ideia de restaurar o antigo. Uma cidade nova, como sua identidade, possui uma estética atualizada: é uma cidade *sempre* nova (PAULA, 2011, p. 2).

Este último atributo destas urbes, de certo modo, abarca os outros dois: uma paisagem em constante mudança que se deseja adequada a princípios urbanísticos e que persegue o crescente desenvolvimento local. Nasceras em uma sociedade marcada pela industrialização, as cidades novas estão intimamente atreladas à modernidade, à sociedade do consumo e, fundamentalmente, à especulação do solo.

Esta percepção, portanto, aprofunda o entendimento do urbano e traz outros pontos para o debate. Destaca-se, neste sentido, a premente relação entre o crescimento econômico e a preservação de práticas e sentidos. Em outras palavras, o dilema que se coloca sobre o futuro e o passado das cidades novas, materializados na questão do patrimônio cultural.

## 2.2 Patrimônio cultural em cidades novas

A evolução da noção de cidade enquanto patrimônio histórico tem um difícil caminho de evolução e desenvolvimento. Francoise Choay identifica alguns fatores que contribuíram para retardar a historicização do espaço urbano, como a sua escala, a complexidade, a longa duração da mentalidade que a identifica. Cita, ainda, a ausência até o século XIX de cadastros e documentos cartográficos fiáveis, relativos aos modos de produção e transformação da cidade (CHOAY, 1999, p. 157).

Seu caráter de totalidade, portanto, só irá ser apreendido como objeto de estudo nos oitocentos, a partir das reformas haussmanianas na França. O espaço, até então o “grande ausente”, deixa de ser somente o local da ação – o contexto – e passa a ser visto como elemento dotado de agência (CHOAY, 1999). Não é a toa que a cidade adquire este papel ao mesmo tempo em que o urbanismo surge como disciplina (TREVISAN, 2009).

Os estudos históricos sobre as cidades ganham força a partir da segunda metade do século XX, momento em que a proporção entre a população urbana e rural no mundo passa a se inverter. Ao longo da década de 1980, os primeiros estudos culturais do urbano começam a ser publicados, levando em consideração também a problemática da cidade enquanto patrimônio cultural. Estas discussões, no Brasil, ganham força entre o fim do século XX e início dos anos 2000. Hoje, conta-se com muitos trabalhos sobre o patrimônio, a memória e as identidades nas cidades; encarar a urbe enquanto uma totalidade (abarcando também as disputas e contradições inerentes) é um campo aberto e que precisa ser aprofundado.

Nesta perspectiva, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, em 2006, defendeu que a cidade pode ser um bem cultural: não um espaço que contém bens, mas ela própria ser valorada de forma positiva. Para que isto

ocorra, faz-se necessário, em primeiro lugar, reconhecer que os problemas da cidade não são intrínsecos a ela, mas às relações sociais que nela são desenvolvidas. A fim de pensar novas formas de nos relacionarmos na e com a cidade, é fundamental reconhecer que ela opera em três dimensões: do artefato, do campo de forças e das significações (MENESES, 2006):

A cidade não é apenas um artefato socialmente produzido, nesse campo de forças, como numa máquina. As práticas que dão forma e função ao espaço e o instituem como artefato, também lhe dão sentido e inteligibilidade e, por sua vez, alimentam-se, elas próprias, de sentido. Por isso, a cidade é também representação, imagem. A imagem que os habitantes se fazem da cidade ou de fragmentos seus é fundamental para a prática da cidade. (MENESES, 2006, p. 36)

A cidade é produtora, produção e produto. É *obra* feita pelos homens nas suas relações sociais e cotidianas (LEFEBVRE, 2001) e, portanto, precisa ser encarada na sua materialidade – corporalidade – e nos sentidos de que é, ao mesmo tempo, construída e construtora. A cidade enquanto imagem-representação passa pelo mundo sensorial, “pois é por meio de elementos empíricos do ambiente urbano que os significados são instituídos, criados, circulam, produzem efeitos, reciclam-se e se descartam” (MENESES, 2006). O patrimônio ambiental urbano, assim, constitui-se em elemento chave para esta compreensão.

Vários autores afirmam que vivemos, nas últimas décadas, uma “crise de identidade”. Joël Candau ressalta que esta crise faz-se acompanhar não só de uma exacerbação das memórias, mas de uma necessidade de localizar as lembranças em signos concretos, visíveis, que comprovem e atestem sua existência. Há, além de uma memorialização, uma patrimonialização que cresce cada vez mais.

No caso das cidades novas, pensar a materialidade urbana é entendê-la como um projeto, pré-concebida a partir de circunstâncias específicas e com objetivos relativamente claros. Freitas e Silva apontam, assim, que a própria morfologia destas cidades – “sua produção arquitetônica e a linguagem construtiva de suas edificações” – pode ser “um fio de análise importante para entendimento da circulação de ideias e no sentido da identificação do patrimônio cultural” (FREITAS; SILVA, 2017, p. 12).

Em virtude da rápida modificação da paisagem nas cidades novas, em geral, “os primeiros edifícios, seus autores e suas formas marcam um tempo importante na construção da identidade local” (FREITAS; SILVA, 2017, p. 12). Comumente, as primeiras edificações, o traçado original, os

chamados “centros antigos”, ou, ainda, as obras de maior relevância técnica e arquitetônica – como as de arquitetura moderna – são classificados como espaços passíveis de patrimonialização e símbolos de uma identidade cidadina. Freitas e Silva chamam a atenção para a necessidade de se conhecer e registrar a existência destes exemplares:

Em se tratando de identificação e reconhecimento, ressalta-se a importância de inventariar e o fato de explicitar e, se possível documentar, é chamar a atenção para a sua dimensão cultural e a possibilidade de perda dos marcos referenciais [...] Conhecer é o primeiro passo para preservar as referências culturais, por isso a importância do inventário está em contribuir para a identificação e reconhecimento do patrimônio local pela população e viabilizar a prática oficial da preservação na cidade através das instituições e órgãos públicos (FREITAS; SILVA, 2017, p. 16)

O inventário, hoje, é um dos instrumentos mais utilizados por setores públicos e privados em cidades novas para *conhecer* o seu patrimônio. Em geral, os prédios públicos, ou ligados a famílias tradicionais, as praças e locais de sociabilidade são enfatizados nestes documentos, criando uma memória e identidade que se desejam coletivas. Frequentemente, no entanto, este processo se desenvolve como um sistema homogêneo e *pacificador*, ignorando as disputas sobre os sentidos e os espaços da cidade pelos diversos grupos que a compõem.

No caso das cidades novas do norte do Paraná – o que pode ser estendido para cidades do oeste catarinense e gaúcho – criou-se uma narrativa identitária que situa os imigrantes e os colonizadores como pioneiros na constituição da urbe, silenciando os chamados caboclos e nacionais que habitavam estas regiões antes de os projetos de colonização serem implantados. Estes grupos, de origem nacional, indígena e negra, em sua maioria, foram excluídos do processo de assentamento oficial, ainda que sua presença continue a existir nestas regiões, colaborando para a constituição material e simbólica das novas cidades.

Outro exemplo, trazido por Freitas e Silva (2017), é a arquitetura em madeira como elemento construtivo original destas cidades. Apontada como uma solução criativa dos primeiros moradores – mesclando influências culturais europeias com o material abundante nas regiões a serem colonizadas – a ênfase em seu aspecto técnico frequentemente ignora o impacto ambiental na derrubada das matas nativas e silencia outras práticas de cultivo e sobrevivência associadas à natureza.

Conforme Michel Pollack, “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros. [...] Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que *a memória e a identidade são valores disputados* em conflitos sociais e intergrupais (POLLACK, 1992, p. 204). Memória e identidade são, nesta direção, dois termos que se relacionam e agem no sentido de dar significação e coesão às pessoas e grupos, frente a si e para os outros. Memória implica sempre a alteridade, a imagem a ser construída e simbolizada. Em sua relação com o(s) outro(s), a memória contempla a construção das identidades, misturando a lembrança e o esquecimento.

A partir da definição de bens patrimoniais, pode-se identificar também os discurso do que Candau chama de *metamemória*. Por um lado, este discurso é um forte indicador da relação que alguns membros de determinado grupo tem com a representação que eles acreditam ter da memória desse mesmo grupo. Por outro, tem efeito performativo sobre a memória, pois ao ser retomado por outros membros, pode os reunir em um sentimento de que a memória coletiva existe e, nesse mesmo movimento, dar um fundamento relativo a esse sentimento (CANDAU, 2010, p. 51-52).

A patrimonialização e a tomada de valor do patrimônio podem ser consideradas, “como narrativas de si, narrativas que inscrevem o objeto patrimonial em uma tradição ou, melhor ainda, que ‘tradicionalizam’ esse objeto e que, em primeiro lugar, são destinados a assegurar em sua essência, a sociedade que é o autor” (CANDAU, 2010, p. 48). O “desejo do patrimônio”, assim, relaciona-se diretamente com a memória e seu caráter essencialista, desempenhando função fundamental na autentificação das narrativas coletivas de um passado compartilhado.

A ênfase na materialidade do patrimônio urbano, muitas vezes, faz recair no tombamento e no restauro as únicas alternativas visíveis de conservação. Simona Salvo, teórica do assunto, defende que as motivações de um restauro “não devem ser buscadas na natureza material do monumento [...], mas, antes, no contexto cultural em que é feito o reconhecimento de seu significado”. Muitas vezes, a necessidade de se manter intacto um exemplar está condicionado “por uma profunda necessidade de encontrar uma identidade, individual e coletiva” (SALVO, 2008, p. 200). Esta vertente retrospectiva pode ser interpretada como uma projeção acrítica e a-histórica da sociedade contemporânea sobre um passado, em um desejo de reapropriação dos símbolos tidos como originários:

O cerne do problema está, porém, em outra parte: no desconforto histórico-crítico que, inevitavelmente, cerca o reconhecimento de valor de obras recentíssimas, dificultado pela ausência de um congruente distanciamento “histórico”

e da falta de uma historiografia consolidada. Ao se notar a caducidade de uma imagem, deseja-se reter a memória da obra sem, porém, estabelecer-se um equilibrado afastamento de sua expressão primitiva, ainda vívida e dominante em relação a qualquer outro valor de testemunho que vá além do dado formal. A abordagem é, pois, ditada pelas condições específicas em que se encontra o observador contemporâneo no ato de discernir entre valores duradouros ou contingenciais. (SALVO, 2008, p. 200)

O distanciamento histórico que a autora aponta não pressupõe uma imparcialidade, ou objetividade, em relação aos bens culturais. Pelo contrário: ressalta a importância do conhecimento sobre o espaço em discussão, abordando-o em sua heterogeneidade e nos conflitos que também lhe são inerentes. Estes conflitos são de ordem do passado – nas mais variadas versões que dele podem ser construídas e valoradas –, mas também do presente e do próprio futuro, quando se questiona que projeto de urbanidade o patrimônio vem a ratificar e, principalmente, a quem ele serve.

Se o patrimônio cultural/ambiental é assunto complexo quando falamos em cidades seculares, por envolver diversos agentes, percepções e interesses diferentes e conflitantes, no caso das cidades novas o debate é ainda mais delicado. Como já visto, a conversão da cidade material em objeto do saber ocorre no século XIX, provocada pela transformação do espaço urbano consecutivo à revolução industrial (CHOAY, 1999, p. 158). As cidades novas são um projeto desta sociedade contemporânea e, assim, tem na lógica industrial e produtiva boa parte de sua materialidade.

Conforme aponta Kühl, “parte relevante do legado da industrialização é patrimônio cultural e seu tratamento envolve um conjunto complexo de problemas” (2008, p. 22):

Um deles, por exemplo, decorre das vastas áreas que em geral ocupam os conjuntos industriais, e faz com que sua preservação assuma papel estratégico e esteja ligada de forma indissolúvel com a escala urbana e, muitas vezes, também territorial. Ademais, com frequência, esses complexos estão em zonas centrais de várias cidades e sobre eles incide considerável pressão da especulação imobiliária, fator que deve ser equilibrado com cura. [...] O valor afetivo e simbólico associado a determinadas atividades produtivas e ao trabalho, a vinculação de variadas comunidades com seu passado industrial e o potencial político e econômico das transformações, possuem grande relevância e devem ser devidamente examinados e ponderados. (KÜHL, 2008, p. 22)

A maior parte dos elementos de patrimônio nas cidades novas está relacionada à industrialização e à mecanização da agricultura, abarcando muitas vezes grandes áreas urbanas. Kühl (2008) ainda ressalta que, quando falamos em patrimônio industrial, refere-se não somente às estruturas fabris, de transporte ou comunicações, mas a tudo que tenha significado para a vida industrial, associada ao trabalho, mas também ao lazer e ao cotidiano das sociedades de consumo.

Nesta perspectiva, é preciso atentar principalmente para o caráter de especulação imobiliária e do solo que invariavelmente se coloca. Menezes (2006) destaca, neste sentido, o foco nos usos sociais (não somente *culturais*) destes espaços, bem como a importância do olhar para o entorno dos bens culturais. Falar em proteção/preservação do patrimônio implica reconhecer processos de inclusão e exclusão sociais. Não se trata, entretanto, de “politizar a cultura, mas politizar a sociedade” para que a cidade enquanto bem cultural sirva para a melhoria da qualidade de vida de todos os seus habitantes. Este processo, indubitavelmente, se torna mais complexo em locais pensados para a modernidade e o desenvolvimento econômico a todo custo.

Para as cidades novas se soma à idade recente, portanto, o fato de terem como identidade a mudança rápida da paisagem. Em consequência destas mudanças, os referenciais históricos culturais herdados do passado tornam-se cada vez mais escassos e restritos a poucas edificações, objetos e lembranças de antigos moradores (ZANIRATO, 2009). A lógica que impera é a da busca pela constante *modernização*, que deve ser materializada em novas e atuais formas urbanas, construtivas e de sociabilidade.

“A busca pelo novo colide com os signos do passado e com a manutenção da natureza, ambos tidos como expressões do atraso, do mau gosto e do empobrecimento” (ZANIRATO, 2009, p. 86). As cidades novas, assim, vivem no seu cotidiano o impacto da frequente construção/reconstrução de seus espaços e das significações que a estes devem ser atribuídas. A preservação do patrimônio, por um lado, passa a ser vista como uma forma de *congelar* determinadas narrativas; por outro, é tida como um impeditivo para a criação de novas histórias.

A própria ênfase na patrimonialização da memória e da identidade são fenômenos recentes e relacionados à sociedade contemporânea. Coloca-se, afinal, o cerne da questão: como conciliar uma preservação e gestão do patrimônio ambiental urbano em cidades novas, de modo a evidenciar os mais variados discursos que a compõe e, ao mesmo tempo, não deturpar sua identidade mutável?

François Hartog, partindo das noções de Reinhart Koselleck, propõe que um instrumento interessante para o estudo destes processos seja

o de “regimes de historicidade”, com vistas a elaborar uma semântica dos tempos históricos. Constitui-se por “interrogar as diversas experiências temporais da história, analisando como, em cada presente, as dimensões temporais do passado e do futuro tinham sido postas em relação” (HARTOG, 2014, p. 263). O foco do contemporâneo na memória e no patrimônio são, assim, sintomas da nossa relação com tempo (HARTOG, 2014, p. 265):

O percurso da noção mostrou indubitavelmente que o patrimônio jamais se nutriu da continuidade, mas, ao contrário, de cortes e da problematização da ordem do tempo, com todos os jogos de ausência e presença, do visível e do invisível, que marcaram e guiaram as incessantes e sempre mutantes formas de produzir semióforos. [...] O patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo semióforos. Inscrito na longa duração da história ocidental, a noção conheceu diversos estados, sempre correlatos com tempos fortes de questionamentos da ordem do tempo. O patrimônio é um recurso para o tempo de crise. (HARTOG, 2014, p. 272)

Vive-se uma “aceleração da história”, onde o caráter causal e linear não responde mais aos nossos anseios. O fenômeno não é mais da permanência e da continuidade, mas composto da mudança. O patrimônio, assim, manifesta-se na necessidade de recordar: é o traço que nos liga ao passado e que, sendo misterioso, precisamos examinar, porque carrega o “segredo do que nós somos, de nossa ‘identidade’” (NORA, 2009, p. 7).

Por outro lado, este fenômeno nos faz sempre desconfiar da natureza da identidade e da veracidade de tal memória (NORA, 2009, p. 8). Neste paradoxo, consiste também em um “poderoso movimento de libertação”. No lugar do “dever de lembrar”, das narrativas pré-construídas e fixas, hoje já podemos falar em um direito de lembrar (2009, p. 10). Talvez este seja o ritmo das cidades novas: a mudança como a tônica e como outra forma de lidar com a memória e o patrimônio. Um modo mais heterogêneo, que suporta a transformação e que insere os bens culturais e as práticas sociais enquanto agentes no tempo. Isto não supõe, por certo, a destruição dos ícones e símbolos da cidade, mas o entendimento de que o patrimônio e a cidade enquanto bem cultural precisam ser vivos.

Uma cidade nova, como abordado, é geralmente caracterizada pelo fato de ter sido um projeto. Pensar a gestão patrimonial nestes espaços urbanos, portanto, deve encará-la como um projeto aberto, uma cidade que continua buscando ser *ideal*. Mas o que seria uma cidade *ideal*? De que forma determinados símbolos, monumentos, práticas, podem contribuir

para este objetivo? Como pensar o patrimônio, levando em consideração também o desenvolvimento regional e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes?

Meneses (2006) defende que a cidade é o *locus* privilegiado da fruição do patrimônio e que, para tanto, os municípios devam elaborar diretrizes de preservação associadas à legislação de uso e ocupação do solo. O patrimônio deve fazer parte de um planejamento mais amplo, tendo como horizonte a maior inclusão, a responsabilidade social e a sustentabilidade ambiental e econômica. Para que isto ocorra de forma mais efetiva, é imprescindível o entendimento da cultura como uma dimensão do social, não apartada do cotidiano e do trabalho.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de que o presente é composto de diversas temporalidades ganha cada vez mais espaço nos estudos históricos, sendo a análise da memória e do patrimônio um poderoso campo de aprofundamento desta perspectiva. De certa forma, *o passado só adquire função ao ser conhecido no presente, para garantir a sua memória no depois*, mas as relações entre o antes de agora, o agora efêmero e a possibilidade do devir são mais complexas do que este simples enunciado.

A já clássica alegoria do patrimônio enquanto um espelho, cunhada por Choay, complexifica-se. O espelho deixa de ter um reflexo – ainda que às vezes distorcido – para se transformar em uma casa de espelhos, em um fantascópio que deixa tudo cada vez mais disperso. Neste processo, a identidade se torna difusa e muitas vezes nos perdemos sem saber exatamente qual imagem admirar.

As cidades novas são um espelho do século XX, reflexos de um tempo de esperança na modernidade, em que o futuro era visto como algo certo e positivo. Talvez seja mais do que um jogo de palavras o fato de que muitas das pequenas cidades pensadas no norte do Paraná, quando estavam no meio do caminho, fossem denominadas de *patrimônio*: eram um projeto, interligando o antes da região a um depois promissor e próspero.

Hoje, abandona-se a ideia de projeto de futuro para nos agarrarmos a um presente quase constante, porém marcado pela mudança. Nosso agora, paradoxalmente, é a continuidade da transformação, onde o passado parece ter cada vez menos impacto e importância nas decisões. Percebe-se a fugacidade da vida do indivíduo, enquanto que a memória, o passado e as identidades teriam o poder de se manter ao longo do tempo; só adquirirem esse poder, no entanto, a partir da ação dos homens no sentido de os preservar.

Uma aluna de 14 anos, em uma das nossas aulas sobre a necessidade (ou não) de se conhecer o passado, pontuou que o negligenciamos e o colocamos em uma posição insignificante porque só o que nos interessa é o desenvolvimento a todo custo, a ideia de que podemos ter sempre mais. Paradoxalmente, neste processo, nos constituímos enquanto agentes da História, porque a busca pela modernidade não servirá a nós, mas às gerações futuras: queremos construir algo para sermos lembrados. E resumiu esta ideia na célebre frase: “vivemos hoje em um excesso de História futura”.

Para Georg Simmel (1983), o que não podemos assimilar nos opri-me e isto também vale para aqueles que vivem na cidade. “Um lugar em que, se tentamos nos relacionar com coisas demais, sem termos nenhum relacionamento substancial com nenhuma delas, podemos nos tornar indiferentes ao mundo e a nós mesmos” (MILLER, 2013, p. 95). Pensar e gestar o patrimônio talvez importe, portanto, para que as nossas diversas temporalidades possam “conviver” harmonicamente. Para que não sejamos suplantados nem pela tradição acrítica, nem pelo imediatismo do presente, ou pelo peso de um futuro sobre o qual não sabemos a que, ou a quem atende.

## REFERÊNCIAS

- CANDAU, Jöel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade In: *Memória em Rede*, Pelotas, v.1, n.1, p. 43-58, dez. 2009/mar. 2010.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- FREITAS, Valéria; SILVA, Ricardo D. A Identificação e Valoração do Patrimônio em Cidades Novas. In: SIMPÓSIO CIENTIFICO ICOMOS, 1., 2017, Belo Horizonte. *Anais eletrônicos...* Belo Horizonte, 2017. Disponível em: < <https://even3.blob.core.windows.net/anais/60387.pdf> >.
- GORELIK, Adrián. A produção da cidade latino-americana. In: *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-133, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a04.pdf>>. Acesso em: ago. 2017.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: [s.n.], 2014.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Introdução. In: *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de; ARANTES NETO, Antonio Augusto; CARVALHO, Edgard de Assis; MAGNANI, José Guilherme Cantor;

- AZEVEDO, Paulo Ormino David de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. [Debate]. In: IPHAN. *Patrimônio: atualizando o debate*. [S.l.: s.n.], 2006.
- MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- NORA, Pierre. Memória: da liberdade a tirania. *Revista Musas*, n. 4, 2009.
- PAULA, Zueleide Casagrande de. A patrimonialização nas cidades novas: o caso da arquitetura modernista em Londrina (PR). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308185926\\_ARQUIVO\\_zueleide.ANPUHDOC2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308185926_ARQUIVO_zueleide.ANPUHDOC2011.pdf)>.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- REGO, Renato Leão. Cidades novas planejadas no Brasil da primeira metade do século XX. Traço de engenheiro, urbanismo acadêmico. *Arquitextos*, São Paulo, n. 145, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.145/4341>>.
- ROSANELI, Alessandro. *Cidades novas da fronteira do café: história e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná*. 2009. 268 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SALVO, Simona. A intervenção na arquitetura contemporânea como tema emergente do restauro. *Pós Revista do Programa Pós-Graduação Arquitetura e Urbanismo (USP)*, São Paulo, n.23, p. 199-211, jun. 2008.
- SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- TREVISAN, Ricardo. *Cidades novas*. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- ZANIRATO, Silvia Helena. O patrimônio cultural em cidades novas. Leituras da política patrimonial paranaense. In: MAGALHÃES, Leandro Henrique, ZANON Elisa Roberta e CASTELO BRANCO, Patrícia Martins. (Orgs.). *A Construção de Políticas Patrimoniais: Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País*. Londrina: UNIFIL, 2009.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 02/08/2019